

Seminários de Formação CFE 2021 – Sobre o que falamos pelo caminho?

Bruno Reikdal Lima

Introdução

Nos últimos tempos vivemos em nossa terra uma efervescência de novos movimentos sociais, políticos, articulações e conflitos entre segmentos e classes. São fenômenos de um contexto de crises nos mais diversos campos: do econômico ao cultural, do político ao religioso. Vivenciamos diariamente transformações em nossas relações sociais, enquanto nosso tempo de vida é cada vez mais achatado, comprimido, reduzido a operações cotidianas, com aumento de cargas de atividades e trabalhos, menos possibilidades de encontros casuais, familiares, momentos reflexivos, de avaliação e, em especial, de espiritualidade – por vezes reduzidos aos ritos programados e agendados. Na verdade, estamos vivendo?

Esse tempo de pandemia em que temos encarado a morte, em temos criado mecanismos voluntários e involuntários para suportar a insegurança, escancarou as desigualdades que fundamentam nossas relações sociais brasileiras. Potencializou nossos dilemas, nossas estruturas de opressão e desigualdade. Fragilizou ainda mais os poucos laços que compõem nosso tecido social. As situações-limite que já se agravavam foram levadas ao extremo: o aumento da pobreza, do desemprego, desalento, a insuficiência dos serviços de saúde e segurança pública, as distinções sociais, as violências, ideologias de morte, enfim, a insegurança e incerteza sobre o amanhã, sobre a manutenção da própria vida e da comunidade que nos constitui. Nessa circunstância, as igrejas e o Sagrado se tornam refúgio para muitos, assim como são questionados por outros. De qualquer modo, o papel que a religião cumpre diante desse mundo é o que nos interessa.

Afinal, a irmã ou o irmão que estão em busca de emprego, que perderam um familiar ou alguém querido e amado, ou que estão com jornada tripla, que não tem mais tempo de ficar com quem ama, que é oprimido ou oprimida pela cor da pele, pelo sexo, gênero, pela religião que segue, o partido que compõe, as utopias que tem, etc., são os mesmos e as mesmas que passam pela porta do templo, que realizam trabalhos e atividades comunitárias, que oram, que cantam, que de alguma forma participam da vida religiosa. São os mesmos e as mesmas que terão que votar, que assumirão bandeiras, que farão escolhas intencional ou não-intencionalmente em vista de um futuro desejado, que precisarão pagar novas contas, se virar diante de novos preços e da falta de bens

necessários para a manutenção da própria vida. São os mesmos e as mesmas que empregam ou são empregados, que oferecem ou contratam serviços, que dialogam ou violentam. São os mesmos e as mesmas que estão em lados opostos de muros.

Desse modo, é impossível que separemos a prática religiosa das demais dimensões da vida. É impossível que cada escolha feita não esteja comprometida com determinado projeto político, modo de vida, imaginação de futuro, aspirações e relações econômicas. Cada passo dado é realizado em direção a algum lugar. E por saber disso, o que quer que conversemos pelo caminho estará implicado na realidade, cumprindo um papel, mesmo que não queiramos. Então, mesmo que sem querer, temos sempre um discurso engajado com alguém, com algo, com algum grupo, com algum sonho. A nossa fala, nossa troca, nossa reflexão, busca ser consciente disso, assumindo seu papel engajado de modo ativo, para não ser guiado pelo mundo como é ou como está, e sim transformá-lo, tendo em vista o Reino e seus valores. Nele, Cristo é nossa paz e une o que está dividido em uma nova comunidade de vida, restaurada e transformada.

1. Que mundo é esse?

No evangelho de Lucas, capítulo 17, Jesus é questionado sobre a vinda do Reino dos céus. Em resposta, o nazareno afirma que o Reino não vem e nem vai, não está aqui ou ali, e sim “entre vocês” ou “no meio de vós”. A primeira questão que se levanta quando nos deparamos com essa afirmação é “então, porque não o vejo?” ou ainda “por que não estamos nele? Vivendo nele?”. Trata-se de um impacto semelhante ao dos discípulos no caminho de Emaús, desesperançados com a morte de Jesus e impactados com a aparente limitação da “realidade desejada”. Com Jesus teriam morrido os sonhos do Reino, ele não seria mais possível, do modo como aparentemente é impossível que ele seja ou esteja entre nós.

Se o Reino é ou está entre nós, por que não o experienciamos, porque não o vemos ou não “estamos” nele? Bem, não é uma questão de possibilidade ou impossibilidade, mas de engajamento: se ele não é ou não está sendo vivenciado por todos e todas, quais são as causas dessa limitação? O que impede que estejamos vivendo o Reino que está e é entre nós? Quem o tem experimentado? Quem tem sido colocado para fora? Qual nossa conjuntura? O que está acontecendo *na realidade*? Cristo é a nossa paz e faz unidade do

que estava dividido. Então, por que não estamos em paz? Por que não somos uma comunidade? Por que aumentam nossos muros?

Dos vários quadros de conflitos e tensões que poderíamos destacar no interior da sociedade brasileira e que estão presentes em nosso texto-base da CFE 2021, cabe aqui tratar de dois temas gerais especificamente: a) a exploração das vidas humanas para valorização e acumulação de capital; b) a destruição das condições necessárias para a produção e reprodução de nossas vidas. As duas ficam evidentes no dilema colocado nas justificativas para tomadas de decisão no momento de enfrentamento dos efeitos imediatos da pandemia: salvar “a vida ou a economia”.

Colocadas diante desse dilema estão nossos irmãos e irmãs de nossas comunidades e círculos sociais. São pessoas que labutam no campo ou no trabalho informal, que saem para buscar um emprego ou uma ocupação tendo em vista o seu sustento. Estão no trânsito a caminho da escola, da faculdade ou do serviço, cumprem ou não o dever cidadão de votar e pagar impostos. Talvez ocupem cargos públicos. Sofrem com os efeitos de medidas econômicas, de arrocho salarial e de crédito, do comércio fechado ou pouco aquecido. Enfrentam discussões familiares, problemas de saúde, lidam com inimizades, preconceitos, violências, indiferenças e são desafiadas a tomar posições em relação a situações ou temas que pouco conhecem. No meio dessa realidade complexa, são pressionadas a redutivamente optar por arriscar própria vida e de outros em troca de alguma renda, ou ficar “apenas” com a própria vida, sem meios para que socialmente realizem atividades, garantam sustento. Na verdade, por trás do dilema está escondido um mal maior: não existe uma comunidade ou sociedade que se reproduza preocupada com sua vida. Há um muro que separa cada indivíduo em busca de remuneração de todos os demais. Cada um por si...

De fato, fica revelada uma gestão de morte, uma sociedade fundada em uma política de morte, que assume a falsa valentia em que apela para que os corajosos enfrentem a “realidade”. Se saudáveis e/ou capazes de acessar recursos que preservem as condições de vida dos seus, serão vencedores dignos de se beneficiar de parcela da produção social. Estão “incluídos”. Se não, que cumpram o destino dos fracos, dos incapazes, dos marginalizados: que neles se realize a morte. O dilema de salvar a vida ou a economia revela, na verdade, um mundo que rege suas relações na gestão da morte, que toma como resultado desejado não a vida compartilhada e a reprodução da vida de todas as pessoas, mas a reprodução, valorização e acumulação de capital, distribuído

desigualmente entre os sobreviventes. Uma racionalidade ao mesmo tempo assassina e suicida: mata o irmão e a irmã para atender às exigências dos deuses desse mundo, enquanto destrói as condições de manutenção da própria vida na manutenção desses deuses, ao conduzir seu modo de produção em torno da reprodução, valorização e acumulação de capital – e não de sua fonte, a própria vida.

Uma forma social que é baseada na exclusão e na morte do irmão e da irmã em nome de “salvar a economia” (na verdade, preservar determinadas relações de produção), impede qualquer relação fraterna no ponto de partida. Está fundada na inimizade, no assassinato, no desprezo, na exclusão, na exploração da vida de outra pessoa. A divisão é a estrutura das relações, necessárias para que todo o processo econômico funcione, para que a reprodução dessa mesma forma social se mantenha. Essa reprodução social não inclui ou não valoriza as vidas das pessoas que a constituem, de nossos irmãos e irmãs que também fazem parte de nossas comunidades e de nós mesmos. Ela nega, portanto, parte necessária de sua própria existência: a vida das pessoas, fonte de qualquer valor possível, que trabalham, criam, produzem, consomem, se relacionam. Ela nega e violenta uma condição necessária para sua existência.

Do mesmo modo, destrói as condições ambientais e seus elementos vivos que garantem a própria reprodução da vida no planeta, na Terra, em nossa Casa Comum. Baseada em uma racionalidade econômica viciada na operação de alocação ótima de recursos para aumento da riqueza, ou seja, do melhor uso possível dos recursos disponíveis para ter o maior ganho em dinheiro, essa forma social é capaz de contabilizar um desastre ambiental, por exemplo, como mais rentável do que os procedimentos que impediriam qualquer desastre em um determinado local (como Mariana e Brumadinho, por exemplo). Nessa modalidade de gestão de morte, o lucro garantido pelas operações sem cuidado paga as multas e soluciona a “dor de cabeça” administrativa resultante do descuido proposital. Vale a pena destruir uma fonte de vida para atender a “economia”, mesmo que isso tenha como resultado a extinção de formas de vida, cause o sofrimento de milhares de pessoas, perdas irreparáveis e diminua a capacidade da vida do ambiente de absorver os impactos das ações humanas.

Vemos, portanto, um mundo que para atender as exigências de uma organização social humana, destrói as condições de possibilidade da existência de qualquer mundo. Fundamentalmente destrutivo, circunda, permeia e age sobre as nossas vidas e nas vidas de nossos irmãos e nossas irmãs. Sofremos. E de mal acumulado sobre outro mal, um

efeito comum diante dessas situações-limite, de crises, é buscar algum lugar seguro e combater o que ou quem aparecer como causa, como responsável pelo que estamos vivendo.

2. A quem ele pertence?

Na narrativa do Êxodo, encontramos um povo que em busca de libertação passa por um longo período de crises. Diante de um momento de escassez ou de um momento de conflitos, a primeira reação das pessoas era imaginar que melhor era o passado de escravidão, o tempo no Egito, que ao menos garantia algo para comer. Uma ilusão que parecia interessante no momento de necessidade. Uma reação comum no meio das dificuldades de um deserto e da distância que se encontravam da Terra Prometida. Do mesmo modo, hoje, para muitos de nossos irmãos e irmãs amassadas por um mundo que lhes é indiferente, um passado de opressão e repressão aparece como desejável. Nesse passado ilusório e efetivamente violento, sobreviveram e, portanto, algo de necessário à vida era garantido. Esquecem do que sofreram e do que muitos de suas comunidades sofreram, esquecem pelo que passaram e não conseguem ter fé em uma nova terra, diferente.

Afinal, como suportar uma situação dura, complexa e violenta que se perpetua? Assim como clamou o profeta Habacuque observando o mundo desde sua torre de vigia, muitos de nós também clamam que “há violência por toda a parte!”, mas Tu não vens nos salvar. Terei que ver estas maldades para sempre? Por que preciso ver tanta opressão?” (Habacuque 1, 2-3). E nas circunstâncias que estamos vivenciando, também como o profeta Joel diante de campos devastados choramos, pois “não desaparece o alimento diante dos nossos olhos e, na Casa do Senhor, a alegria e o júbilo? Os grãos ressecaram sob as glebas. Os silos estão devastados, os celeiros demolidos, pois o trigo está em falta. Como geme o gado! Os rebanhos de bois vagam; já não há pasto para eles. Até os rebanhos desfalecem. A ti, Senhor, eu clamo! O fogo devora as pastagens da estepe; a chama consome todas as árvores dos campos. Até os animais selvagens voltam-se para ti, os córregos estão secos e o fogo devora as pastagens da estepe” (Joel 1, 16-20).

Como chegamos nesse mundo e a quem pertence para que apenas soframos de tantos modos? Como tratar de assumirmos nossa responsabilidade e ainda responsabilizarmos a tantos e a tantas que já são culpabilizados, violentados, carregam fardos e mais fardos, tem as vidas roubadas de tantas formas? A quem enfrentamos

quando nos deparamos com esse quadro, com essa realidade? Onde firmaremos nossos pés? Como proteger a vida de quem amamos e nossas próprias vidas sem levantar muros que, mesmo que por um instante, nos garantam uma sensação de segurança?

Estas e outras questões servem para que busquemos soluções a partir de uma espiritualidade consciente da vida na qual emerge e da qual tem seus elementos fundamentais. O Espírito sopra aqui e entre nós, apesar do “aqui” e, por vezes, de nós. Mas sopra quando muros caem e há espaço para que novos ares soprem e um novo fôlego de vida seja possível. Esses muros, por sua vez, caem quando estão fragilizados seus fundamentos, sua sustentação. Cada conflito, polarização, inimizade, divisão que é estabelecida em nossa forma social, em nosso mundo, se constrói a partir das condições nas quais a própria vida social é mantida e reproduzida. Essas condições são determinadas pelo quê valorizamos acima de tudo, pelo que orienta nossas ações, nossos projetos, nossas utopias.

No dilema de salvar “a vida ou a economia”, de modo esquemático, nosso mundo opta pela segunda, entendida como relações de mercado que são mais importantes que qualquer outra coisa. A fraternidade está eliminada desde o ponto de partida. A vida do próximo, de outra pessoa, é descartável a partir do momento em que aparece como empecilho para que o mercado funcione, para que o capital seja reproduzido, valorizado e acumulado. Reproduzimos nossas vidas desse modo diariamente. Não há campo para diálogo, para fraternidade, para amor. Se nos colocamos contra essa relação fundamental para nossa forma social, somos inimigos e inimigas. Os laços sociais são fragilizados, assim como a vida e as garantias de vida que estão postas em risco. Mas, de todo modo, a quem pertence um mundo que em sua reprodução nega as possibilidades de vida da irmã e do irmão?